

## ARARIPE E OS MAL INFORMADOS

Otto Maria Carpeaux

Como uma lenda passou de uma geração para outra a fama dos grandes ensaios críticos que Tristão de Araripe Júnior escreveu, em 1888/1889 e em 1894, sobre *O homem*, de Aluísio Azevedo, sobre *O Ateneu*, de Raul Pompéia, sobre *A normalista*, de Adolfo Caminha. Mas só poucos tiveram oportunidade de ler esses estudos, nas coleções empoeiradas de *Novidades* e *A Semana*, hoje quase inacessíveis. Araripe não teve a sorte póstuma de Sílvio Romero e José Veríssimo com os editores.

Li esses ensaios, suando, no porão da Biblioteca Nacional. Em setembro de 1949, ao publicar a *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, chamei três vezes a atenção para aqueles estudos, insinuando a reedição em livro. Mas ninguém atendeu. Quase sete anos depois, em 1956, o mundo literário brasileiro recebeu com surpresa a notícia de que o então diretor da Biblioteca Nacional tinha “descoberto” os ensaios de Araripe Júnior. O resultado editorial dessa informação tão pouco exata está aqui: a reedição das *Obras Críticas* completas de Araripe, em 3 volumes enormes. Acaba de sair o terceiro.

Teria sido melhor e mais econômico publicar só o segundo volume, no qual, ao lado dos estudos citados, se acham incluídos os excelentes trabalhos de Araripe sobre Gregório de Matos e sobre Gonzaga. Pois o resto é lamentável. Prestou-se péssimo serviço ao crítico cearense, reeditando-lhe dois tijolos cheios de artigos efêmeros, sem interesse nenhum, prejudicando-lhe a fama póstuma. Mania de publicar *Obras Completas* ou habilidade em ordenhar a vaca magra do Tesouro Nacional? Em todo caso, Araripe é o prejudicado; e sem culpa sua. Pois ninguém lhe denunciaria, postumamente, a desigualdade, a pressa, o superficialismo dos numerosos trabalhos jornalísticos, aqui exumados. Quem de nós escaparia ao mesmo julgamento? Também o principal defeito evidente desses artigos não é monopólio de Araripe, mas espécie de doença nacional: a deficiência de informação literária.

Calculamos a morosidade das comunicações, naquela época, e a pouca divulgação de idiomas estrangeiros e o quase-monopólio da crítica francesa, então ainda não tão cosmopoliticamente aberta como hoje – mesmo assim acredita-se sonhar em ler a análise “cientificista” de Ibsen, cinco anos depois da morte do dramaturgo, e as

digressões sobre o espírito da tragédia, sem o menor conhecimento das publicações da Escola de Cambridge. É que Araripe fora, na mocidade, discípulo de uma outra Escola, a de Recife.

A Escola de Recife tem méritos inapagáveis pelo desenvolvimento intelectual do Brasil, abrindo janelas fechadas, incluindo na formação científica dos jovens brasileiros de então a conquista dos *alemães*. Mas quais foram os alemães da Escola de Recife? Tobias Barreto e Sílvio Romero tiveram a má sorte de “descobrir a Alemanha” no tempo do mais baixo nível intelectual de sua história, nos anos entre o fim da escola hegeliana e o advento das *Ciências do Espírito*, por volta de 1900. Estavam mal informados. Descobriram um Heckel e acreditavam ter descoberto um Hegel. Mas os discípulos aceitaram piamente o novo evangelho da “ciência alemã”, guardando durante a vida todo esse “depósito de fé”. Continuavam mal informados. Essa fidelidade aos ideais dos tempos estudantis é um fenômeno nacional.

Num famoso trecho de sua *História*, José Veríssimo denuncia o fato de que a literatura brasileira está sendo feita por estudantes das Faculdades ou mesmo de colégios; depois, enveredam por outros caminhos, dedicando-se à advocacia, à política, à medicina, ao comércio, esquecendo os pecados de mocidade. Mas continuam fiéis aos ideais dela. Aquilo que passou por “belo” ou “moderna” no tempo dos seus 20 anos de idade, continua, para eles, belo e moderno até 40 e 50 anos depois. É essa tenacidade que explica o fenômeno particular da história literária brasileira: a sobrevivência do parnasianismo até por volta de 1920, em plena época do expressionismo e surrealismo; a sobrevivência de um credo poético que, ao chegar da França no Brasil depois de 1880, já estava na França superado pelo simbolismo.

E isso vale até hoje. Pois há poucas semanas tive o prazer humorístico de ler um “ensaio literário” em que Baudelaire foi considerado como parnasiano, isto é, repetindo-se um erro grosseiro que já estava refutado na França de 1890. Isto, no Brasil, em 1963. A diferença é de 70 anos. E o autor daquele ensaio é, realmente, um septuagenário, continuando fiel àquilo que se acreditava no Brasil nos seus tempos de estudante.

Muito errado estaria, porém, quem considerasse essa falta de informação como típica dos velhos. Também é típica dos novos.

Estes fazem um esforço danado para ficar *up to date*. Para eles, só existe o *dernier cri*, já sabem inglês e alguns até leem revistas ilustradas italianas. Também sabem aproveitar a velocidade dos meios modernos de comunicação. Mas não calculam bem a velocidade maior com que mudam fora do Brasil as modas literárias e artísticas. Descobrem todos os dias – mas descobrem tarde demais. De um deles li, outro dia

um trabalho sobre o conto, que parece sentença do Juízo Final: informa o rapaz seus leitores que Boccaccio e Pirandello, Cervantes e Alas, Flaubert e Maupassant, Hardy e Kipling, Hawthorne e Hemingway, Gógol e Gorki não sabiam o que é um conto e não eram contistas de verdade. Mas quem seria o primeiro contista de verdade? Talvez aquele Salinger, que certos críticos norte-americanos consideram em 1963 como o maior contista do século xx? Não, para o rapaz brasileiro o mundo começa com Saroyan, que certos críticos norte-americanos consideravam em 1943 como o maior contista do século xx e que hoje já só é admirado na província.

Mas há um consolo: o artigo citado, embora só saísse em jornal, não passará para a posteridade como lenda, não será descoberto por nenhum diretor da Biblioteca Nacional e não causará ao Tesouro Nacional do século XXI as despesas de uma publicação de Obras Completas.

In: *Leitura*, nº 75-76, RJ, set.-out. 1963.